

N. F. Nº - 089604.0034/18-1  
NOTIFICADO - MANOEL FONTES GÓIS  
NOTIFICANTE - JOSÉ ANTÔNIO CORREIA DE SOUZA  
ORIGEM - IFMT SUL  
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 30/06/2020

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0126-06/20NF-VD

**EMENTA:** ITD. 1. DOAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO. Comprovado o recolhimento do crédito tributário. Instância Única. Notificação Fiscal. IMPROCEDENTE. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

A Notificação Fiscal objeto deste relatório foi lavrado em 05/11/2018 e refere-se à cobrança de ITD no valor de R\$ 14.000,00, bem como aplicação de multa no percentual de 60%, pela constatação da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.13 – Falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza.

Constata-se, que tempestivamente, o Notificado apresentou impugnação ao lançamento, através dos documentos constantes à fl. 14, quando expôs:

1. *“Em 11/04/2013 Manoel Fontes Gois fez uma doação em espécie no valor de R\$400.000,00 para seu filho Thiago Cunha Góis, CPF 979.595.455-53, conforme escritura pública de doação registrada no Cartório de Registro Civil sob nº 22, livro 01, fl. 22. (doc. Anexo)*
2. *Feito todos os procedimentos de registro, o cartório emitiu um DAE no valor de R\$14.000,00 incidente sobre R\$400.000,00, com alíquota de 3,5% em nome do donatário O Sr. Thiago Cunha Gois.*

*Lei 4.826 de 27/01/1989, Art. 5º São contribuintes do Imposto: 11- nas doações a qualquer título, o donatário.*

*Perguntas e respostas ITD SEFAZ Bahia.*

*Quem deve pagar o ITD?*

*Nas transmissões "causa mortis": o herdeiro ou o legatário;*

*Nas transmissões por doação: aquele que recebe os bens ou direitos (donatário).*

3. *A notificação fiscal foi emitida injustamente, haja vista que o contribuinte de fato é o donatário o Sr. Thiago Cunha Gois o qual efetuou o pagamento no prazo legal em 09/04/2013 na agência do Banco do Brasil, documento de pagamento anexo e não o doador o Sr. Manoel Fontes Gois.*

*Pede desconsiderar a cobrança por não ser devedor do tributo ITD e por ser um ato de justiça e de direito.”*

Na informação fiscal à fls. 25 o notificante informa que checkou os documentos (fls. 15 a 19) apresentados pela defesa e concluiu que efetivamente o imposto foi recolhido como determina a Lei, em nome do donatário Thiago Cunha Gois.

Opinou pela improcedência da Notificação Fiscal.

É o relatório.

**VOTO**

A Notificação Fiscal contém, uma única infração elencada que diz respeito a falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza.

A defesa alegou que o imposto foi recolhido como determina a Lei, em nome do donatário Thiago Cunha Gois, e apresentou comprovante à fl. 19 que foi referendado pelo Notificante.

Destarte, voto pela Improcedência da presente Notificação.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº. **089604.0034/18-1**, lavada contra **MANOEL FONTES GÓIS**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 09 de junho de 2020

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - JULGADOR